

<p>DOCUMENTOS PESSOAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Documento oficial de identidade e CPF; • Comprovante de residência emitido nos últimos 90 dias (água, luz, telefone e outros); • Comprovante de renda; • Decreto de declaração da situação de emergência e/ou de estado de calamidade pública emitido por autoridade governamental competente; e,* <p><i>*Obs. A Mútua poderá solicitar documento complementar que ateste que a situação do Decreto apresentado tenha afetado substancialmente a vida do associado e/ou a de seus dependentes.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Orçamento (exceto para o Custeio de despesas de interesse profissional).
<p>COMPROVAÇÃO DE RENDA FAMILIAR**</p>	
<p>EMPREGADO CELETISTA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Último contracheque; - Carteira de trabalho e previdência Social (CTPS), com assinatura do portador, qualificação civil e contrato de trabalho ou em formato digital.
<p>EMPREGADO ESTATUTÁRIO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Último contracheque.
<p>PROPRIETÁRIO DE EMPRESA</p>	<p>Apresentação obrigatória:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Certidão simplificada da empresa, emitida pela junta comercial. <p>Obs. Na impossibilidade da apresentação da certidão simplificada da empresa, poderá ser encaminhado documento similar em substituição, podendo ser: A consulta do comprovante de inscrição e de situação cadastral acompanhado do quadro de sócios e administradores – QSA, ou a consulta do comprovante de inscrição e de situação do microempreendedor individual – MEI, ou similares.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Declaração de imposto de renda pessoa física e o recibo de entrega; <p>Documento complementar:(se necessário)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Notas fiscais de serviços em nome da empresa do associado com documento detalhando o recebido pelo associado, tais como: pró-labore e suas guias recolhimento e seus respectivos comprovantes de pagamentos, e/ou lucros e dividendos e/ou documentos similares.
<p>PROFISSIONAL AUTÔNOMO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Contrato de prestação de serviço e os três últimos comprovantes de recebimento, e/ou; -Declaração comprobatória de percepção de rendimentos – DECORE aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (Resolução N° CFC n.º 1592, de 19 de março de 2020), original, devidamente emitido por profissional habilitado e seu período deverá ser relativo à média dos últimos 3 meses, e/ou; -Anotação de responsabilidade técnica – ART (dos últimos 90 dias) e comprovantes de recebimentos dos serviços, tais como: extratos bancários, comprovantes TED/PIX nominais, contratos e documentos similares, e/ou; -Notas fiscais de serviços com descrição de gastos e honorários/lucros e na ausência da descrição na nota, encaminhar um documento complementar detalhando o valor recebido pelo associado, e/ou; - Declaração de renda de atividade informal, assinada pelo gerente do banco correntista, e/ou; - Extrato bancário dos últimos 90 (noventa) dias acompanhados de documentação base que comprove a origem do recurso recebido para análise e demonstração de renda, e/ou; -Recibo de pagamento contribuinte Individual (RPCI) e/ou recibo de profissional autônomo (RPA), acompanhados das suas guias recolhimento e seu respectivos comprovantes de pagamentos (apuração no mínimo dos últimos 90 dias).

**A apresentação do Recibo de entrega da Declaração de Imposto de renda é obrigatória, sendo dispensável a apresentação da página em que consta o número do recibo, para garantir o sigilo.*

**** RENDA FAMILIAR:** *Para a apuração da renda, o associado poderá apresentar documentos comprobatórios de mais de uma fonte de renda, podendo até somar renda com o seu cônjuge/companheiro e/ou filhos que habitam o mesmo domicílio do associado, ou apenas utilizar a renda de um deles. O associado e aquele com quem somar renda deverão assinar o contrato enquanto devedores solidários. Nos casos de utilização de renda do cônjuge/companheiro ou filhos, deverão ser apresentados os documentos pessoais e de renda, acrescido para os filhos comprovação de mesma moradia, conforme descrito acima.*

*Obs1. Para comprovar a veracidade das informações prestadas, a **MÚTUA quando julgar necessário, poderá proceder averiguações, solicitar documentos complementares não relacionados**, conforme previsto no regulamento geral dos benefícios, em seu Art. 4º, VII, §5º. O descumprimento de cláusulas e prazos de pagamento de benefícios anteriores poderá resultar em restrição ou limitações para a concessão do benefício solicitado.*

*Obs2. O associado que **não possuir comprovação de renda nos moldes acima**, poderá apresentar outros comprovantes de rendimentos, **que serão avaliados pela Mútua.***

*Obs3. Todos os documentos encaminhados para a Mútua deverão estar **válidos, atualizados e legíveis.***